



## PAGAMENTO DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM PETRÓLEO

### Histórico da Tramitação Legislativa

O petróleo e Gás Natural fisicamente são as grandes riquezas reais que propiciaram o excepcional Desenvolvimento Social do último século, com grande elevação da qualidade de vida de 1/3 dos habitantes do planeta e uma preocupante explosão demográfica. Sua geração pela natureza levou dezenas de milhões de anos, representando um enorme poder geopolítico nas relações internacionais para o detentor de sua propriedade.

O dólar, ou qualquer outra moeda, é somente a expressão financeira do valor de um bem para fins de instantâneos de troca, pois valor é variável ao longo do tempo, como todos os brasileiros conhecem pela nossa história inflacionária. Além disso, sua emissão é instantânea, hoje em dia sem qualquer lastro real de riqueza, dependendo unilateralmente do interesse do emissor, normalmente uma grande potência. Logo ela pode comprar qualquer riqueza, sem qualquer contrapartida.

Além disso, o valor do petróleo estará permanentemente em elevação nas próximas décadas, enquanto não existir uma alternativa que o substitua significativamente em todas as suas funções, tanto como combustível como matéria prima para substituição de inúmeros outros produtos naturais.

Os países desenvolvidos têm uma exagerada e irresponsável dependência dessa fonte de energia, e suas grandes empresas petrolíferas controlam baixíssimas reservas de petróleo sendo lícito supor que com essa insegurança energética **eles farão de tudo para minimizar a participação da PETROBRAS e do Brasil na propriedade desse recurso**, tão vital para suas economias e qualidade de vida de sua população.

Por outro lado, podemos projetar que cada dólar de petróleo exportado permitirá a quem o adquirir **agregar valor e produzir dezenas de dólares em produtos acabados**, que por sua vez lhe fornecerão as receitas necessárias para pagar o nosso petróleo e os royalties devidos. Com isso, no médio e longo prazo ficaremos sem o petróleo, sem os dólares e sem um parque produtivo levado a bancarrota pela importação de bens de consumo.

A posse física do petróleo, além do poder geopolítico nas relações internacionais, é um grande **diferencial competitivo a ser usado pelo seu proprietário** em todas as suas ações e atividades. Temos, pois que preservar ao máximo sua Propriedade para o Brasil, eliminando os leilões, não o entregando em troca de royalties e garantindo que **somente seja extraída a quantidade de petróleo necessária para o desenvolvimento sustentado do País**, econômica e socialmente, se evitando assim gerar qualquer distorção.

Com o atual marco regulatório, o Brasil fica com somente com aproximadamente 28% do petróleo produzido e o Consórcio Explorador com 72%. No entanto, se os royalties forem pagos em óleo, essa retomada de nossa riqueza passa a 43%. Deve ser ressaltado que houve uma evolução a favor do Brasil, pois com o Marco Regulatório anterior, da Lei 9478/97, a totalidade do petróleo fica de propriedade de quem o extraiu.

Face a isso, desde o Projeto de Lei inicial do Governo (PL 5938/09), que impedia o tratamento dos royalties como custo de produção, ou seja, seu ressarcimento em óleo, por algum tipo de pressão “desconhecida”, insistentemente tem sido incluído item para essa devolução, acarretando, além de tudo, uma absurda isenção fiscal pela exploração de uma riqueza de todos os brasileiros. Por outro lado, como pode ser visto adiante, o dispositivo impedindo esse ressarcimento vem sendo sistematicamente excluído, **o que significa isentar o Consórcio de pagamento de tributo pela exploração de uma riqueza nacional**. O ideal é que o produtor pague os royalties em petróleo à União, sob pena do Brasil se transformar num imenso paraíso fiscal e o nosso contrato de partilha no pior do mundo.

## Evolução histórica das Tramitações da vedação de ressarcimento dos royalties:

### **1 – 31/08/09 - Emissão de Projeto de Lei do Poder Executivo para Novo Marco Regulatório da produção de petróleo do Pré-Sal**

#### **PROJETO DE LEI 5938/09 — Implantação do Regime de Partilha para Exploração do Pré-Sal.**

Art. 42. - § 1º - Define que os **royalties** correspondem à compensação financeira pela exploração de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sendo vedada sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

### **2 – Nov/09 – Emissão de Parecer da Comissão Especial da Câmara de Deputados, PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2.502, DE 2007 do relator Dep. Henrique Alves. (onde foi apensado o PL 5.938/09)**

#### **EMENDA Nº8**

Inclua-se §2º no art. 42 do Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, renumerando-se o §2º para §3º:

*"Art. 42/ § 2º Fica assegurado ao contratado sob o regime de partilha de produção a **restituição, em óleo, dos valores dos royalties pagos.***

### **3 – 10/03/10.- Redação final do PL 5938/09 aprovada na Câmara**

#### **PROJETO DE LEI Nº 5.938-A DE 2009, conforme aprovado na Câmara**

Acrescenta o seguinte parágrafo ao Art. 42 do Projeto original do Poder Executivo

*Art. 42. § 2º Fica assegurado ao contratado sob o regime de partilha de produção o volume de **petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos correspondente aos royalties devidos.***

### **4 - 16/06/10 - PARECER Nº 750/10 do Senado, com Substitutivo ao PL 5938 A/09**

**Aprova Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7/10**, aglutinando os Projetos PL 5938 A/09 – Implantação do Regime de Partilha para o Pré-Sal e o 5.940/09 - Criação do Fundo Social.

Foi excluído o Art.42/§ 2º, e, no entanto, foi incluída no Parecer, e aprovada sem discussão em plenário, a frase “ **e do volume da produção correspondente aos royalties devidos**” em outros quatro artigos, tornando mais difícil o cancelamento desse ressarcimento, pois será necessário revisar quatro artigos.

**Art. 2º** – estabelece um conjunto de definições:

*I – partilha de produção: regime de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos no qual o contratado exerce, por sua conta e risco, as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção e, em caso de descoberta comercial, adquire o direito à apropriação do custo em óleo, **do volume da produção correspondente aos royalties devidos**, bem como de parcela do excedente em óleo, na proporção, condições e prazos estabelecidos em contrato;*

**Art. 10.** Define atribuições ao Ministério de Minas e Energia, entre outras a do inciso III de propor ao CNPE os parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção);

*d) os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo **e do volume da produção correspondente aos royalties devidos;***

**Art. 15.** Define o conteúdo da minuta básica do Contrato de exploração constante do edital de licitação que deverá indicar obrigatoriamente:

*V – os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo **e do volume da produção correspondente aos royalties devidos;***

**Art. 29.** Define as cláusulas essenciais do contrato de partilha de produção:

V – os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo e do volume da produção correspondente aos royalties devidos;

Foi apresentada e aprovada em Plenário pelo Senado, Emenda que veda expressamente a devolução em petróleo dos royalties pagos, incluída no Art. 64, que também estabelece a equanimidade na distribuição dos royalties para todos os Estados e todos os Municípios:

**Art. 64** – Ressalvada a participação da União, bem como a destinação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 1997, a parcela restante dos royalties e participações especiais oriunda dos contratos de partilha de produção ou de concessão de que trata a mesma Lei, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, será dividida entre Estados, Distrito Federal e Municípios da seguinte forma:

**§ 3º** Os royalties correspondem à participação no resultado da exploração de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição, vedada a sua inclusão no cálculo do custo em óleo, bem como qualquer outra forma de restituição ou compensação aos contratados, ressalvado o disposto no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 1997.

## 5 - 22/12/10.- Sancionado pelo Presidente o Substitutivo do Senado

### LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.-

O Substitutivo do Senado foi aprovado como Lei 12 351/10, com exceção do Art. 64 que foi vetado na íntegra, tanto a distribuição equânime dos royalties para todos os Estados e todos os Municípios, quanto seu §3º. **que vedava a inclusão das participações governamentais no custo em óleo**, bem como qualquer outra forma de restituição ou compensação dos royalties aos Contratados. :

## 6 – 04/08/2011 - Novo Projeto de Lei apresentado ao Senado

### PROJETO DE LEI DO SENADO PLS 448/11– apresentado pelo Sen. Wellington Dias

Incluída explicitamente vedação ao ressarcimento dos royalties no artigo que aumenta seu valor para 15%.

**Art. 2º** Os royalties serão pagos mensalmente pelo contratado sob o regime de partilha de produção, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a quinze por cento da produção de petróleo ou gás natural.

**§ 3º** É vedado, em qualquer hipótese, o ressarcimento dos royalties, bem como sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

## 7 – 18/10/2011 - Substitutivo do Relator ao novo PLS-448/11

### Substitutivo ao PLS 448/11 proposto pelo Relator Sen. Vital do Rego

Excluída a frase “**e do volume da produção correspondente aos royalties devidos**” pela revisão dos seguintes artigos da Lei 12 351/10, que havia sido introduzida no próprio Senado pelo Relator do PL 5938/09.

#### Seção I

#### Das alterações no marco regulatório do regime de partilha na Lei nº 12.351, de 2010

“Art. 2º .....

I - partilha de produção: regime de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos no qual o contratado exerce, por sua conta e risco, as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção e, em caso de descoberta comercial, adquire o direito à apropriação do custo em óleo, bem como de parcela do excedente em óleo, na proporção, condições e prazos estabelecidos em contrato (retirada a apropriação pelo contratado do volume da produção correspondente aos royalties devidos da L 12351/10)

Art. 3º.

III - propor ao CNPE, observados os limites impostos nesta Lei, os seguintes parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção:

d) os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo, bem como os percentuais máximos da produção anual destinados ao pagamento do custo em óleo, observadas as condições estabelecidas no inc. IV do art. 9º desta Lei **(retirada a apropriação pelo contratado do volume da produção correspondente aos royalties devidos da L 12351/10);**

Art 29º.

V - os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e o pagamento do custo em óleo, observados os limites estabelecidos no inc. IV do art. 9º e no inc. III do art. 10; **(retirada a apropriação pelo contratado do volume da produção correspondente aos royalties devidos da Lei 12351/10)**

Alem disso, na Seccção II foi mantida a vedação à devolução em petróleo dos royalties apresentada no PLS do Sen Wellington Dias.

## **Seção II**

**Da distribuição das participações governamentais no regime de partilha de produção e na exploração no mar territorial, plataforma continental e zona econômica exclusiva**

**Art. 3º Na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, dê-se a seguinte redação ao art. 42 e insiram-se os seguintes arts. 42-A, 42-B e 42-C:**

“Art. 42 § 1º Os royalties, com alíquota de 15% (quize por cento) do valor da produção, correspondem à compensação financeira pela exploração do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos líquidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, **sendo vedado, em qualquer hipótese, seu ressarcimento ao contratado e sua inclusão no cálculo do custo em óleo.**

## **8 – 19/10/2011 – aprovado PLS 448/11**

**Projeto de Lei do Senado nº 448/11, baseado no Substitutivo do Sen. Vital do Rego.**

Modifica as Leis nº 9.478/97 - marco regulatório do Regime de Concessão, e nº 12.351/10 - marco regulatório do Regime de Partilha, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.

Foi retirada a modificação feita no Substitutivo nos Art. 2º., 3º., 29º, da Lei 12 531/11, que excluía a frase “**e do volume da produção correspondente aos royalties devidos**”, logo voltando a valer o que consta na referida Lei.

Por outro lado foi mantida a vedação á essa devolução prevista Substitutivo, repetindo em seu Art. 3º. o disposto explicitamente no citado Substitutivo do Sen. Vital do Rego, contradizendo a referida Lei 12 532/11.

## **9 – Substitutivo da Câmara ao PLS 448/11 – PLC 2565/11**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 2.565, DE 2011. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI**

Agora está sendo retirado sub-repticiamente o impedimento constante no PLS 448/11 recebido do Senado ao ressarcimento em petróleo dos royalties pagos.

Art. 2º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte nova redação para o art. 42 e com os seguintes novos arts. 42-A e 42-B:

“Art. 42/. § 1º Os royalties, com alíquota de 15% (quinze por cento) do valor da produção, correspondem à compensação financeira pela exploração do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, sendo vedada, em qualquer hipótese, sua inclusão no cálculo do custo em óleo. **(retirada vedação do ressarcimento em óleo dos royalties do PLS 448/11)**

**AEPET – Associação dos Engenheiros da PETROBRAS**